



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE CONTRATOS

Proc.: 5676/2016

Cleusa

Processo n.º: 5.676/2016

Despacho n.º: 77/2017 – SERCO

Interessada: J MACEDO PEREIRA ME.

Assunto: Complementação aos Despachos nº 53 e 62/2017 – SERCO –
Recomposição de Custos Contrato nº 14/2016

Senhor Secretário de Licitação, Material e Patrimônio,

Em complementação aos Despachos 53 e 62/2017 – SERCO (peças 87 – e-doc C6E5A0A4 e 158 – CEDFD239), submete-se os autos à apreciação superior com intuito de avaliar, alternativamente, a possibilidade de recompor os custos do Contrato nº 14/2016 por meio do instituto da repactuação.

2. A Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, a qual o Distrito Federal se submete, por força do Decreto nº 34.518/2013, trata da repactuação em seu art. 37:

Art. 37. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

3. Mais adiante, no § 2º, do art. 40, a IN assim dispõe:

§ 2º Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se: (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

[...]

V – indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e (Redação dada pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009) (grifo nosso)

4. Nota-se assim, que a norma prevê a recomposição dos custos dos contratos decorrente do aumento das tarifas públicas, o que coaduna com a solicitação sob análise.



5. Nessa esteira, em agosto de 2014 a SLTI, expediu a Orientação Normativa – SLTI nº 2 (peça 162 – e-doc 113EAA23), com fulcro na IN 2/2008 acima mencionada, que trata exclusivamente da repactuação relativa a serviços executados de forma continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, **quando envolver reajuste do vale transporte**, conforme explicita seu item “a”:

a. majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de repactuação do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte; (Grifo nosso)

6. No mesmo sentido, a Consultoria Jurídica do Tribunal de Contas da União - TCU adotou o entendimento de que é possível repactuar os preços em decorrência do aumento do valor do vale-transporte, conforme pode se depreender do Parecer Jurídico expedido no âmbito do processo TC-033.582/2015-7 (peça 163 – e-doc 7782D952), cujo trecho abaixo transcrito tem o seguinte teor:

11. Em relação à variação do valor do vale transporte, observa-se a ausência de elementos, nestes autos, que contribuam para demonstrar a ocorrência de consequência incalculável de um fato sabidamente previsível.

12. No entanto, isso não obsta a possibilidade de admissão do requerimento da contratada (doc. 1) como um pedido de repactuação de preços, por se tratar de uma hipótese de álea econômica ordinária, assim entendida como um “risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado”. É o mecanismo que se revela possível neste caso, a fim de manter a intangibilidade da equação econômico-financeira do contrato. (Grifo nosso)

7. Tal entendimento consolidou-se naquela Corte de Contas ao ponto de o mecanismo da repactuação dos valores de vale-transporte serem previstos em seus próprios ajustes. Este é o caso do Contrato nº 2/2017 – TCU, cujo item 5.1, da Cláusula Décima Primeira (peça 164 – e-doc ABF4DD41), tem a seguinte redação:

5.1 Os preços de insumo de mão de obra decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou **definidos pelo poder público**, tais como auxílio alimentação e **vale transporte**, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento – e por meio do mesmo instrumento – em que ocorrer a **repactuação** da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos dos itens 1 e 2 desta cláusula. (Grifo nosso)



8. Outrossim, o Judiciário segue a mesma linha de pensamento, como demonstra o acórdão RS - 5032458-90.2011.404.7100 do TRF-4 (peça 165 – e-doc A154537D), em que assim se pronunciou:

Não há falar em imprevisibilidade quanto à majoração dos encargos da contratada, o que afasta a aplicação da teoria da imprevisão. O aumento salarial decorrente de dissídio coletivo não é fato imprevisível, pois ocorre periodicamente. Assim, seu impacto deve ser estimado na proposta formulada ao tempo do certame licitatório.

A CEF efetivou proposta de repactuação no sentido de elevação do valor unitário mensal abrangendo a atualização do valor do vale transporte. Portanto, merece procedência a repactuação. (Grifo nosso)

9. Da mesma forma, a **Procuradoria-Geral do Distrito Federal**, ao opinar sobre a questão no âmbito dos pareceres 148/2016-PRCON/PGDF, 85/2016-PRCON/PGDF e 961/2015-PRCON/PGDF (peça 167 – e-doc 2E5D20CE), se alinha ao entendimento dos órgãos acima citados. É o que demonstram os trechos extraídos do parecer 961/2015 abaixo:

Ementa

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE INTEGRAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO. CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE. ELEVAÇÃO DA TARIFA DE TRANSPORTE PÚBLICO. AUXÍLIO-TRANSPORTE COMO COMPONENTE DO VALOR DO CONTRATO. INSTRUMENTO JURÍDICO APLICÁVEL. REEQUILÍBRIO OU REPACTUAÇÃO.

[...]

II – No caso, tratando-se de contrato de serviços continuados, e sendo o auxílio-transporte um dos componentes do valor contratual, cabe à Consulente observar a disciplina da repactuação.

[...]

III – CONCLUSÃO

À luz das considerações expendidas, conclui-se que a elevação do valor da tarifa de transporte público é fato capaz de provocar a repactuação do Contrato, devendo a Unidade de Administração-Geral observar as recomendações e diretrizes apresentadas no corpo do opinativo. (Grifo nosso)

10. Por outro lado, impende ressaltar que o Contrato nº 14/2016 (peça 87 – e-doc C6E5A0A4), objeto do presente processo, em sua Cláusula Quinta, item 5.5 prevê que:

A repactuação poderá ser dividida em tantas quantas forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação,



podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.

11. E no item 5.10 elenca os fatores que ensejam repactuação em decorrência da variação de custos de mercado:

5.10. Quando da solicitação da repactuação, para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

5.10.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

5.10.2. as particularidades do contrato em vigência;

5.10.3. a nova planilha com variação dos custos apresentada;

5.10.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, **tarifas públicas** ou outros equivalentes; e

5.10.5. a disponibilidade orçamentária do CONTRATANTE. (Grifo nosso)

12. Outro aspecto a ser considerado é a vantagem da continuidade dos contratos durante o prazo máximo permitido pela Lei 8.666/93, ou seja, até sessenta meses. O normativo ao prever essa possibilidade levou em consideração alguns aspectos tais como: redução de custos com sucessivos procedimentos licitatórios e redução do risco de interrupção dos serviços.

13. Marçal Justen Filho¹ aponta dois motivos preponderantes que justificam as prorrogações contratuais, dos quais transcreve-se um deles:

A adoção da regra relaciona-se com dois motivos preponderantes. O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de atendimento ao interesse coletivo. A demanda permanente de atuação do particular produziria uma espécie de trauma na transição de um contrato para outro. Se a contratação fosse pactuada por períodos curtos, haveria ampliação do risco de problemas na contratação posterior. Isso significaria, ademais, o constrangimento à realização de licitações permanentemente. O encerramento de uma licitação seria sucedido pela instalação de outra, destinada a preparar a contratação subsequente. Acabaria por multiplicar-se o custo da Administração: seria necessário departamento encarregado exclusivamente de realizar licitações para aquele objeto. Ademais, os serviços prestados de modo contínuo teriam de ser interrompidos, caso fosse vedada a contratação superior ao prazo de vigência dos créditos orçamentários. Isso importaria sério risco de continuidade da atividade administrativa.

14. Ora, sabe-se que um dos critérios para a renovação dos contratos é a vantagem desse ajuste para ambas as partes. Não é por outro motivo que a Constituição Federal consagrou o princípio do equilíbrio econômico-

¹ Justen Filho, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16. Ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. Pg. 951.



financeiro dos ajustes firmados pela Administração Pública (art. 37, inc. XXI da CF/1988). Caso as condições efetivas da proposta não sejam mantidas, o contratado pode se recusar a aceitar uma eventual proposta de prorrogação contratual, o que poderia causar os danos acima citados à Administração.

15. Além disso, em caso de nova licitação, fatalmente a Administração terá que arcar com os preços praticados no mercado no momento da Contratação, como por exemplo, os preços atualizados para as tarifas de transporte público.

16. Dessa forma, reitera-se a sugestão efetuada no Despacho 53/2017, no sentido de restabelecer a equação econômico-financeira do Contrato nº 14/2016, a fim de evitar, *s.m.j.*, a ocorrência da hipótese de enriquecimento sem causa por parte da Administração, recompondo os custos da Contratada com o vale transporte por meio do reequilíbrio ou, alternativamente, por meio da repactuação nos termos ora propostos.

17. Propõe-se ainda, nova data para o aditamento financeiro relativo à contratação de Técnico em Secretariado, qual seja: **22/5/2017**.

18. Por oportuno, apresenta-se a nova minuta do Segundo Termo de Aditivo ao Contrato nº 14/2016 (peça 166 – e-doc A13A68FF) com a sugestão ora proposta de repactuação e as novas planilhas de custo e formação de preços, em razão da nova data acima mencionada, para apreciação e aprovação superior.

À elevada consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, 27 de abril de 2017.

ASSINADO DIGITALMENTE

LUCIANA MOREIRA MOURA
CHEFE DO SERVIÇO DE CONTRATOS

De Acordo.
À SEGEDAM, para as providências pertinentes.

Brasília, 27 de abril de 2017.

ASSINADO DIGITALMENTE
LEONARDO JOSÉ ALVES LEAL NERI
Secretário de Licitação, Material e Patrimônio